

**VEREADOR RICARDO GOMES (PP) – Comunicação de Líder:**

Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, em especial, o vereador líder do governo Mauro Pinheiro, quero me dirigir a Vossa Excelência. Em primeiro lugar, quero recomendar que o senhor leia o art. 47 do Regimento, que estabelece o prazo para que este vereador fizesse a distribuição da consulta quando chegasse na CCJ. Reclamou o senhor pela manhã que esse projeto não foi distribuído na sessão da CCJ de ontem. Apresente-me uma comissão da Casa que distribui, em sessão, os seus projetos, e eu lhe darei razão. Apliquei a este tema a mesma regra que é aplicável a toda e qualquer matéria que é submetida à CCJ. Disse o Sr. Prefeito na rádio, há poucos dias, que o Partido Progressista era de oposição. Até hoje, não tínhamos nesta Casa reflexo dessa manifestação, mas ouço o que o senhor falou da tribuna como um ataque pessoal à Sra. Presidente da Casa e a mim, atribuindo-me, inclusive, a intenção de produzir uma chicana, que foi a palavra que V. Exa. usou. Eu quero lhe dizer, em primeiro lugar, que eu, como Presidente da CCJ, como membro da CCJ, dei o meu parecer, fui o relator desse projeto do IPTU, do qual sempre discordei, mas dei o relatório no sentido da lei, deixei para debater o mérito no plenário. Presidi a sessão das Comissões Conjuntas, quando da votação do PL nº 02, onde houve sete ou oito questões de ordem. Todas elas eu respondi com base no Regimento; serviu ao governo, V. Exa. aplaudiu. Até hoje respondo Mandado de Segurança da oposição, em razão das posições que assumi, todas elas fundamentadas no Regimento. O que a Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal fez, de ouvir a Procuradoria e submeter a decisão da Procuradoria à CCJ, foi embasado no Regimento. A distribuição, eu a faria amanhã, do gabinete, tinha, inclusive, dito aos colegas, que a faria em meu nome. Eu tenho a posição pessoal, já exarada desta tribuna, de que este requerimento não cabe – daria sustentação a sua tese. O senhor foi à reunião de líderes e atribuiu a mim a má fé de fazer manobras, como se na aprovação deste projeto manobra não tivesse havido. Eu acatei e como lhe disse: “Sortearei, não mais distribuirei para mim”. Tirei o meu papelzinho do sorteio, e considero-me suspeito nessa matéria a partir de agora, não pelo tema, mas pela posição de V. Exa. Quero dizer o seguinte: não sei que rumo tomará o meu partido, mas eu me declaro liberto de qualquer aliança com este governo, liderado por V. Exa., até que V. Exa. me dirija um pedido formal de desculpas pelo que proferiu contra mim desta tribuna. Não mais conte

com o meu apoio para os projetos do governo, farei o que terei que fazer pelo bem da Cidade, como sempre me portei aqui, votando de acordo com o bem da Cidade. Se neste caso do IPTU, discordei do governo, não acho que isso me faça um mau vereador ou um vereador mal-intencionado. Acho que isso me faz um vereador coerente com o que defendi a minha vida inteira. Tenho o maior respeito pelos colegas que tomaram outra posição, e já disse a eles que, no que depender de mim, esta matéria não será novamente votada no plenário. Entendo que juridicamente não cabe o requerimento, é a minha posição. Os colegas se expuseram, votaram, e eu não quero expô-los novamente, mas tenho uma função de presidente da CCJ que me obriga cumprir o Regimento, e o cumprimento do Regimento, neste caso, é a distribuição para exaração do parecer, que foi feita através do sorteio. Busquem as notas taquigráficas – eu convidei o líder do governo, todos os vereadores e a imprensa para que acompanhassem. Se V. Exa. não o fez, foi por sua escolha. Portanto, o sorteio foi transparente, feito pelo Diretor, na presença de colegas da CCJ, da base do governo e da oposição. Não posso admitir que, em razão de aprovar o aumento de imposto, V. Exa. quer atropelar o Regimento. Há um requerimento do vereador, a Casa terá de analisá-lo; eu não tenho dúvida de que, em algum momento, isso virá ao plenário e o plenário decidirá, e, com o meu voto, deliberará que não é cabível essa renovação de votação – é a impressão que tenho. Mas não me diga que estamos a fazer chicana, porque, se o senhor diz isso, a chicana está escrita neste Regimento, que o senhor, como Presidente da Casa e como vereador, jurou cumprir, e senhor é ex-Presidente da Casa. Nós estamos na CCJ, propondo a revisão do Regimento, e, na proposição da revisão, estamos sugerindo a alteração dessa regra mal escrita – mal escrita. E precisamos trazer ao plenário, para que tome a decisão uma regra geral que valha para todos os casos.

O governo, pouco antes do recesso, pautou o recurso do Ver. Mauro Zaccher; o governo pautou, o governo priorizou, votou e disse: “Essa matéria não cabe, não cabe essa renovação de votação”. Hoje pela manhã, V. Exa. Pediu: “Votemos a renovação de votação”. Mudou de opinião, porque serve ao governo: em uma semana é uma coisa, em outra semana é outra. V. Exa. mudou de opinião. Eu não mudo a minha: eu vou manter o voto que dei, entendo que não cabe. Vou manter a minha coerência como presidente da CCJ. Acho esse projeto uma coisa vil com a cidade, de quem jurou não fazê-lo! Mas não vou me desonrar traindo minha própria palavra. Votei que não cabe o requerimento,

---

assim, mantereí a votação. Está distribuído, que corra o seu rito regimental. Há prazo para o vereador apresentar o parecer, ele apresentará no prazo e eu pautarei na primeira semana subsequente à apresentação do parecer. Por quê? Não porque tenha compromisso com o governo, mas porque tenho um compromisso com esta Casa, com a lei e com o nosso Regimento. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Texto sem revisão final.)